



Núcleo Interdisciplinar de Estudos e  
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

## Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 28/11/2011 a 01/12/2011

TÍTULO DO TRABALHO			
<b>A Dimensão Social da Experiência entre Movimento Social e Universidade – o caso do curso de Teorias Sociais e Produção do Conhecimento – MST e UFRJ: reflexões sobre a ação do sujeito social</b>			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
<b>Carmen Verônica dos Santos Castro<sup>1</sup></b>	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro	UFRRJ e IPPUR/UFRJ	Professora e pesquisadora
RESUMO (ATÉ 20 LINHAS)			
<p>O que leva um movimento social de luta pela terra a buscar a universidade, seus representantes, sujeitos, professores, estudantes, funcionários? O que faz com que as universidades - ou determinados grupos nelas – incorporem propostas educativas e formativas dos movimentos sociais? Há uma composição complexa de propostas, projetos, interesses, desejos, intenções, expectativas, necessidades. Seja na singularidade do movimento social, seja na pluralidade dos movimentos sociais, as universidades vêm se constituindo, mais intensamente, nos últimos 14 anos, em espaços de alianças e de práticas sociais destes sujeitos. A perspectiva da experiência, constitutiva do ser social, desenvolvida pelo historiador inglês E. P. Thompson, direciona o “olhar” desta reflexão e em particular sobre um curso realizado na UFRJ, proposto pelo MST, com a participação de outros movimentos sociais. O fazer da luta pela terra, pela ocupação de áreas de fazendas - que precisam ser consideradas improdutivas e passíveis de desapropriação e de reforma agrária pelo Estado – se desdobra em outras lutas por espaços, por formação e educação que possam vir de encontro com a construção de um projeto político de classe trabalhadora. A práxis desenvolvida pelo movimento social, nas suas diversas frentes, tem colocado desafios políticos e acadêmicos para as ciências sociais que precisam ser aprofundados.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS)			
Movimento social-universidade- ação social			
ABSTRACT			
<p>What makes a social movement fighting for the land to seek the university, its officers, subjects, teachers, students, staff? What makes universities - or certain groups of them - incorporate proposals for education and training of social movements? There is a complex composition of proposals, projects, interests, desires, intentions, expectations and needs. Be the uniqueness of the social movement, is the plurality of social movements, universities is becoming more intensely in the last 14 years, in areas of alliances and social practices of these subjects. The perspective of experience, constitutive of the social being developed by British historian E. P. Thompson, directs the "look" of reflection, and in particular on a course held at UFRJ, proposed by the MST, with the participation of other social movements. The making of the land struggle, the occupation of areas of farms - that must be considered unproductive and subject to land reform and expropriation by the state - unfolds in other struggles by spaces, training and education that may come from meeting with the construction a political project of the working class. The practice developed by the social movement in its various fronts, has posed challenges politicians and academics in the social sciences that need to be deepened.</p>			
KEYWORDS			
Social movement-university-social action			

<sup>1</sup> carmencastrorj@gmail.com

## 1- Introdução

O tema deste texto é o da pesquisa de doutorado no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da UFRJ, sob orientação da professora Ana Clara Torres Ribeiro, sobre “a dimensão da experiência social nas relações entre MST e universidades”. A tese faz um traçado por dentro da ação social do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra na organização e na formação da classe trabalhadora no campo e como pólo articulador de setores sociais de esquerda, presentes inclusive nas universidades. Porém, cabe ressaltar que a reflexão aqui apresentada foi duplamente impulsionada por: uma iniciativa coletiva de articulação entre as experiências de educação e formação dos movimentos sociais – fundamentalmente, MST e outros movimentos sociais que se articulam na Via Campesina, com apontamentos para questões pertinentes em outros movimentos sociais, inclusive urbanos; e uma questão que está presente na tese de doutorado e que se liga com a proposta do Colóquio do NIEP que é o ponto de partida teórico-metodológico de analisar a experiência social do sujeito produzida na luta da classe trabalhadora, proposta na tradição marxista e recolocada por E. P. Thompson (1981; 1997) ao tratar da constituição do ser e da consciência sociais. No caso do sujeito da classe ser o MST, as condições materiais do campo foram consideradas na sua ação social enfrentando e respondendo às imposições de uma questão agrária e à ofensiva das classes dominantes e a configuração da atualidade do agronegócio.

Neste aspecto teórico-metodológico fez sentido retomar historicamente, menos pela coerente elaboração do autor, mas pela força da perspectiva de analisar o MST como sujeito social que se defrontou com uma questão agrária constituída no Brasil. Desta maneira, o ser social e a consciência são produzidos em um contexto, do final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980, em que a ação efetiva foi sendo produzida e compondo uma práxis social em que se articularam os movimentos sociais e que polarizou a sociedade a partir das questões que suas ações impunham (SADER, 1988).

O movimento da sociedade produzido a partir de mudanças estruturais que ocorreram durante a década de 70 contou com a dinâmica da ação de sujeitos sociais. No campo, a expansão capitalista nos anos de 1970, manteve continuamente a expropriação de famílias de trabalhadores. O MST surgiu das ocupações do final do período como articulações entre as famílias de trabalhadores e setores da Igreja, sindicatos e das esquerdas que se articularam nos partidos políticos – destaque para o Partido dos Trabalhadores fundado em 1980. Foram as questões imediatas, concretas, da necessidade da terra de trabalho (MARTINS, 1982), combinadas com a construção de representações políticas que apontaram para a organização do MST. As ocupações em áreas de

litígio, a luta por crédito junto aos sindicatos, a demanda por escolas das famílias, a necessidade de formar lideranças foram constituindo um arcabouço durante os anos de 1980 do Movimento (MARTINS, 1982; MEDEIROS, 1989; MST, 1986, 1995).

Em um contexto de refluxo das lutas sociais, durante a passagem dos anos de 1990 e a chegada do século XXI, frente às ofensivas neoliberais, setores da classe trabalhadora recuaram nos enfrentamentos, fosse pela ausência de força política, fosse pela acomodação ao *estado de coisas* na sociedade, fosse ainda por cooptação política de setores e sujeitos. Entretanto, setores organizados dos movimentos sociais que se encontravam sem possibilidades de reprodução das condições de vida, ainda que altamente precarizadas, se defrontaram com a necessidade de manter o processo de luta, ainda que o momento fosse de defensiva. Neste sentido, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra durante os anos de 1990 foi uma referência da luta dos trabalhadores dentro e fora do país, inclusive sob o peso de massacre de trabalhadores – como o de Eldorado dos Carajás em 1996. Contudo, o MST implementou formas de luta como a Marcha Nacional por Reforma Agrária que levou dois meses para chegar a Brasília (CHAVES, 2000; CASTRO, 2005). A partir das ações que promoveu, o MST passou a expandir suas alianças e aprofundar suas bases políticas e teóricas na construção de um projeto político, constituindo com outros setores o campo político da Consulta Popular a partir de 1997, e fortalecendo o campo nacional e internacional das organizações de trabalhadores do campo, a Via Campesina. Cabe ressaltar que paralelo a este processo de fortalecimento de alianças do MST com diversos setores sociais e sujeitos do campo de esquerda, o PT e a CUT referências de autenticidade organizativa dos trabalhadores dá sua maior guinada em termos do *amoldamento* à ordem capitalista estabelecida (IASI, 2006).

O MST constituiu diversos espaços de formação articulando seus militantes e dirigentes com outros movimentos e intelectuais e professores das universidades, fundamentalmente, públicas. Foi a partir do final dos anos de 1990 que iniciou a campanha de construção de uma escola nacional de formação – a Escola Nacional Florestan Fernandes inaugurada em 2005 – e que se intensificaram os cursos de formação e escolarização técnica profissionalizante de ensino médio e iniciaram as primeiras turmas de ensino universitário em parceria com as universidades – por exemplo a primeira turma de Pedagogia junto a UNIJUÍ em 1997 e os cursos de extensão e especialização junto a Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, nos anos de 1999, 2001, 2003.

Assim, a cerca de 14 anos, as ações do MST e de outros movimentos sociais, articuladas fossem através da Via Campesina ou independentes, geraram experiências regulares de cursos universitários. As universidades públicas, historicamente elitizadas, também se constituíram em espaços de disputas políticas e em lutas sociais por direitos à educação das classes sociais

trabalhadores. Se a muito tempo bandeiras dos setores sociais progressistas presentes nas universidades públicas, muito recentemente, as universidades vêm experimentando atividades de popularização: desde as iniciativas dos pré-vestibulares para o acesso à instituição através do vestibular altamente excludente, quanto as políticas de cotas para afro-descendentes e por comprovação de renda familiar, até as experiências de turmas dos movimentos sociais em cursos regulares de graduação e em cursos de extensão e especialização. Ainda não há uma ação popular de acesso à universidade. Entretanto, as experiências dos movimentos sociais podem ser pontos de uma possível inflexão da construção de espaços de ações constantes e permanentes, não só populares, como classistas na perspectiva do interesse das lutas dos trabalhadores implementadas por suas organizações políticas.

Recentemente as universidades públicas do Rio de Janeiro e a Fundação Oswaldo Cruz abrigam cursos com jovens e adultos militantes e dirigentes de movimentos e organizações de trabalhadores que atuam no campo e na cidade. A relação: Junto a isto vem se somando o desafio da expansão das universidades públicas, com novos concursos de professores e aberturas de novas vagas, que repõe a reflexão crítica sobre o “papel” da universidade em uma sociedade de classes, capitalista, periférica e extremamente desigual.

A experiência produzida entre a Escola Nacional Florestan Fernandes e a Universidade Federal do Rio de Janeiro, em parceria com a Escola de Serviço Social e o Núcleo de Estudos de Políticas Públicas - NEPP-DH, através dos Cursos de Extensão de Teorias Sociais e Produção do Conhecimento, desde 2004, e de Graduação em Serviço Social, vem apontando para desafios e questões da aliança entre setores e sujeitos sociais distintos na construção de reflexões voltadas para as lutas dos movimentos sociais – dentro da temática da educação e formação de militantes e dirigentes. Entretanto, a luta dos movimentos e organizações recolocam questões como: o projeto popular para o Brasil, os desafios frente às propostas do agronegócio para o campo, o sujeito político da revolução, questões referentes aos jovens e às mulheres recolocadas na lua de classes, entre outras. Um desafio seria o de como avançar e aprofundar e em que sentido estas experiências constituídas entre indivíduos e grupos de professores e pesquisadores que atuam nas universidades e os movimentos sociais que atuam no campo e na cidade. Uma perspectiva seria no âmbito da formação de seus militantes e em uma agenda de questões, para pesquisa por exemplo, e uma pauta de ações para dentro das instituições de ensino, pesquisa, extensão e cooperação social para fortalecimento das lutas sociais de democratização do acesso das instituições por parte das classes trabalhadoras.

## **2- Experiência como categoria de análise da ação do sujeito social**

A categoria *experiência* em Edward Palmer Thompson sustenta sua argumentação na compreensão histórica da classe social como prática e teoria socialmente construídas. A ideia de “fazer-se” como classe social compõe o processo dialético de constituir em relação, em luta contra outra classe. Isto retoma a matriz teórico-metodológica marxiana em diálogo com as historiografias social e econômica, bem como, com outras disciplinas das ciências humanas e sociais.

Fazer-se, porque é um estudo sobre processo ativo que se deve tanto à ação humana como aos condicionamentos. A classe operária não surgiu tal como o sol numa hora determinada. Ela estava presente ao seu próprio fazer-se. (...) Por classe, entendo um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência. Ressalto que é um fenômeno histórico. (...) A mais fina rede sociológica não consegue nos oferecer um exemplar puro de classe, como tampouco um do amor ou da submissão. A relação sempre precisa estar encarnada em pessoas e contextos reais (...) Não podemos ter amor sem amantes, nem submissão sem senhores rurais e camponeses. A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou compartilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. (...) A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais (...) 'Ela' - a classe operária - não existe, nem para ter um interesse ou uma consciência ideal, nem para se estender como um paciente na mesa de operações de ajuste (THOMPSON, 1997: 9 a 11).

No “fazer-se” da classe social, destacam-se aspectos objetivos e subjetivos de “um fenômeno histórico” que “ocorre efetivamente”. Para tanto, compreende-se que a experiência social é vivenciada por pessoas, nas idéias e nas práticas anteriores e posteriores à ação de classe e que por isto dão sentido a ela. O “fazer-se” das classes sociais encontra-se encarnado em relações, condicionadas e margeadas por circunstâncias, e está “em movimento” pela ação dos sujeitos sociais. A experiência de classe social, portanto, trata-se da resposta à *formação social e cultural*, sempre em “relação” e, *nunca*, “como uma coisa”. Ao contrário de concepções que aprisionaram a experiência social na reificação da noção de classe, fora das relações socialmente construídas, como destacou Thompson em “Miséria da Teoria” (1981), num aberto confronto teórico-metodológico e político com os equívocos epistemológicos do filósofo francês Louis Althusser:

Mas a questão que temos imediatamente à nossa frente não é a dos limites da experiência, mas a maneira de alcançá-la, ou produzi-la. A experiência surge espontaneamente no ser social, mas não surge sem pensamento. Surge porque homens e mulheres (e não apenas filósofos) são racionais, e refletem sobre o que acontece a eles e ao seu mundo. Se tivermos de empregar a (difícil) noção de que o ser social determina a consciência social, como iremos supor que isto se dá? Certamente não iremos supor que o “ser” está aqui, como uma materialidade grosseira da qual toda idealidade foi abstraída, e que a ‘consciência’ (como idealidade abstrata) está ali. Pois não podemos conceber nenhuma forma de ser social independentemente de seus conceitos

e expectativas organizadores, nem poderia o ser social reproduzir-se por um único dia sem pensamento. O que queremos dizer é que ocorrem mudanças no ser social que dão origem a *experiência* modificada; e essa experiência é *determinante*, no sentido de que exerce pressões sobre a consciência social existente, propõe novas questões e proporciona grande parte do material sobre o qual se desenvolvem os exercícios intelectuais mais elaborados. A experiência, ao que se supõe, constitui uma parte da matéria-prima oferecida aos processos do discurso científico da demonstração. E mesmo alguns intelectuais atuantes sofreram, eles próprios, experiências. (THOMPSON, 1981: 16).

O tratamento teórico-metodológico da experiência social tanto como matéria-prima quanto como resultado da investigação científica aponta que o “ser social” e a “consciência social” são elementos centrais na compreensão da experiência e se constituem como dimensões da vida coletiva que se retroalimentam, não fechadas em si mesmas, mas em relação e refazendo condições e circunstâncias da ação dos sujeitos - o que permite aproximar a compreensão sobre a ação social de outras elaborações críticas de autores preocupados e comprometidos com a transformação social, tais como Marx (1978) e Gramsci (1979).

A prática e a teoria sociais não correspondem, com base em Thompson (1981), a duas dimensões apartadas do real; mas, à composição da dimensão experimental das relações sociais, como práxis, prática teórica e teoria prática. Desta maneira, a categoria experiência possibilita a reconstrução do processo social como acontecimento prático e elaboração teórica, simultaneamente ativada em procedimentos metodológicos.

O sociólogo Richard Hoggart chamou a atenção em seus estudos sobre classe trabalhadora na Inglaterra para “reações vigorosamente manifestadas” pelos sujeitos frente a pressões oriundas de mudanças nos modos de vida, carregadas de significados e sentidos como “dignidade”, “independência” e “comunidade”:

É antes fruto do saber de experiência feito, que ensina no grupo; o indivíduo sabe que está integrado num grupo, porque experimenta o calor humano e a sensação de segurança que lhe são facultados pelo próprio facto de pertencer ao grupo, porque o grupo se mantém sempre igual a si mesmo, e porque se vê frequentemente obrigado a recorrer à ajuda dos vizinhos, uma vez que não pode geralmente pagar os serviços de outrem. Os membros do proletariado sentem a necessidade de formar um grupo, porque a vida é dura e “a eles sempre lhes cai em sorte tudo o que é mau”. A maioria deles não raciocina porém esse conhecimento intuitivo de modo a tirar as conseqüências lógicas do mesmo, ainda hoje encontramos muito poucas cooperativas nos bairros populares, predominando as mercearias de bairro, de propriedade privada, que servem uma ou duas ruas. (HOGGART, 1973: 99).

O estudo de Hoggart, realizado na década de 1950, descreveu densamente a solidariedade de indivíduos que compartilharam e herdaram experiências da classe social. As relações sociais, desta forma, decorreram da permanência na classe do trabalho e se refletiram nas condições de

manutenção do ser social e da cultura – valores, superstições, crenças, racionalizações - que conformaram o espaço da família, das refeições, das relações de vizinhança que *fizeram-se* em pertencimentos e hábitos socialmente reproduzidos.

Neste sentido, precisaremos recordar sempre as características dos sujeitos envolvidos como parte da "história dos debaixo", tão profundamente marcada por fragilidades que tensionam a sociedade e refazem necessidades e expectativas sociais (HILL, 1987; THOMPSON, 1997). Precisaremos, portanto, retomar os condicionantes das experiências entre universidades e movimento social, desnaturalizando as noções sociais a partir do tratamento teórico-metodológico e de acontecimentos históricos.

### **3- A questão agrária no Brasil e a dinâmica do sujeito nas ações de educação e formação**

A trajetória do MST vem marcada pelas ações que enfrentaram e enfrentam a problemática agrária brasileira. As experiências de luta social constituem o fazer do sujeito coletivo e foram sendo modificadas frente a uma práxis das relações sociais (MARTINS, 1981; MEDEIROS, 1989, 2000). Os desafios das práticas de educação e formação política identificados foram: desde a necessidade da formação política para militantes, dirigentes e base social até a escola formal nos acampamentos e assentamentos; das experiências de educação popular com igrejas, sindicatos, com outros movimentos sociais até a construção de cursos e programas de formação e edificação de espaços de formação e escolarização.

As frentes de luta dos sujeitos do campo se organizaram na luta por terra e por reforma agrária e os diversos desdobramentos frente às condições materiais de existência das famílias de trabalhadores. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, entre o final dos anos de 1970 e início da década de 1980, se articulou buscando construir respostas políticas imediatas às necessidades de trabalhadores rurais frente às questões fundiária e agrária e ao processo de modernização conservadora que se gestou no período anterior (MARTINS, 1981; e MEDEIROS, 1989).

Duas demandas puderam ser identificadas no processo de luta do MST no que diz respeito às ações de educação e formação política: a demanda por estudos para formação político-ideológica de seus militantes, dirigentes e da base social para suas ações; e demanda por escolas, inicialmente para as crianças, nos assentamentos e nos acampamentos.

As lutas especificamente por educação escolar haviam sido colocadas já nos primeiros acampamentos e assentamentos como uma necessidade das famílias e como uma expectativa

organizativa do MST em relação à permanência dos trabalhadores frente às condições materiais encontradas no interior do país, especificamente no campo e no mundo do trabalho.

As demandas por escolas e graus de escolarização se constituíram em três momentos de luta, de amadurecimentos e formulações: o primeiro, da demanda pela escola de ensino fundamental nos acampamentos e assentamentos - voltados principalmente a atender às crianças filhas das famílias acampadas e assentadas; o segundo, da demanda por formação técnica e profissionalizante de ensino médio que levou a instituição de escolas do Movimento - para atender à escolarização de jovens e adultos juntamente com a formação profissional e política; e o terceiro momento, mais recente, da pauta por educação universitária com a composição de turmas em universidades e nas escolas de formação política. Estes momentos, ainda são simultâneos e acontecem em resposta às condições de desenvolvimento social do campo e ao processo de luta nos acampamentos e nos assentamentos.

As relações entre sujeitos com vivências na luta dos trabalhadores rurais sem terra e nas universidades constituíram uma teia social de articulação política através de apoios via igrejas na forma de pastorais, de sindicatos, partidos e de “militância espontânea” universitária. Vale destacar a atuação sistemática destes sujeitos em experiências como as do Instituto Técnico de Pesquisa e Capacitação da Reforma Agrária – ITERRA no Rio Grande do Sul com cursos técnicos e de magistério.

A escola de ensino médio orientada por linhas políticas a favor da luta pela terra e por reforma agrária levou à formação técnica e política de técnicos agrícolas e professores vinculados às ações dos movimentos sociais. No caso do ITERRA, o MST encontrou espaço físico em um seminário no interior do Rio Grande do Sul a partir das relações sociais com setores da Igreja Católica.

Em 1998, o primeiro curso universitário de graduação foi da área de educação denominado Pedagogia da Terra com a articulação de professores da UFRGS, de representante da UNB e com o apoio do Programa Nacional de Educação da Reforma agrária. Este Curso se realizou na Universidade de Ijuí, no estado do Rio Grande do Sul (universidade privada, definida formalmente como comunitária) em função das condições objetivas de articulação de professores, de apoio institucional e possibilidades legais de reconhecimento.

Um elemento importante para viabilidade dos cursos, principalmente de graduação e especialização, entre o MST - e também com os Movimentos Sociais que compõem a Via Campesina – e as universidades públicas tem sido os projetos vinculados ao Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. Este Programa de financiamento das turmas de educação universitária surgiu em 1998, fruto de uma articulação entre: Confederação Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, Movimento Sem Terra – MST, Fundo das Nações Unidas para a Infância



- UNICEF, Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura - UNESCO e Universidade Federal de Brasília – UNB. Estas instituições realizaram em 1997 a I Conferência de Educação Básica do Campo que legitimou uma rede político-social permanente de luta por educação do campo, denominada “Articulação por Uma Educação Básica do Campo”, aprovou uma pauta reivindicativa de pressão ao Governo Federal e de indicação de criação do PRONERA com representação da UNB (ARROYO et Al, 2002).

O artigo “A parceria UFJF\Escola Nacional Florestan Fernandes-MST: a experiência e a produção de conhecimentos do Curso de Especialização em Estudos Latino Americanos” (LIBERTAS, 2009), na Edição Especial da Revista Libertas na Internet, trata da experiência formativa do Curso de Especialização desenvolvido entre junho de 2003 e agosto de 2005 e destaca a necessidade de formação política voltada às bases sociais, aos militantes e dirigentes, desde o primeiro Encontro Nacional e da fundação do Movimento, entre 1984 e 1985:

No início, essas atividades eram realizadas em parceria com o movimento sindical e com outras organizações voltadas para o trabalho de educação popular. Entretanto, com o crescimento, o fortalecimento e o redirecionamento das ações do movimento, foi se tornando evidente a urgência de investimento em um processo e um espaço próprios de formação, que tivessem como objetivo garantir a organicidade e a articulação do MST com outros parceiros nos âmbitos nacional, latino americano e internacional, e que tivesse como ponto de partida a prática social dos Sem Terra, com suas contradições, desafios e possibilidades. Primeiramente, este espaço foi articulado no Centro de Capacitação e Pesquisa na cidade de Caçador, em SC e, a partir de 1999, na Escola Nacional Florestan Fernandes que, fruto de uma campanha internacional de solidariedade, foi inaugurada em 2005. (LIBERTAS, 2009: 2-3)

As elaborações formativas no MST tomaram impulso com o projeto da Escola Nacional Florestan Fernandes e a sua edificação em São Paulo. A sistematização do histórico das experiências de formação, dos seus conteúdos e formas, iniciadas nas primeiras cartilhas, vem sendo aprofundada teoricamente num fazer de experiências trocadas também com as práticas universitárias.

Destacam-se as elaborações sobre as práticas da formação no MST:

É importante observarmos que, para o MST, a formação política é um processo amplo e abrangente, que se realiza integralmente, seja através de cursos, reuniões ordinárias, ações coletivas, etc. Portanto, abrange diferentes momentos e estratégias e se constrói no cotidiano das lutas empreendidas pela organização. Neste sentido, formação política se distingue de formação técnica e de educação formal enquanto um momento privilegiado de capacitação, que não se resume, de forma alguma, aos

cursos de formação. Assim, na compreensão do movimento, o militante se forma politicamente em todos os momentos de sua participação, desde as discussões da base de acampados e assentados até os congressos nacionais, desenvolvendo, neste cotidiano, o conjunto de habilidades necessárias para uma atuação crítica, coerente e unitária. Esse entendimento não descarta, pelo contrário, requer cada vez mais o esforço e a dedicação ao estudo sistemático e aprofundado, principalmente da filosofia, da economia política, da história e da realidade em que estamos atuando (LIBERTAS, 2009: 4).

Essa formação é o que mais se identifica com a sociedade que se pretende ver surgir a partir da luta por transformações sociais, das quais, a reforma agrária é a principal, onde o trabalho perde a característica de obsessão evidenciada no mundo capitalista, no qual cada indivíduo está isolado, lutando por sua sobrevivência. Nesta nova sociedade que se almeja, o trabalho passa a ser o ponto de partida do processo de humanização do trabalhador. O trabalho passa a ser uma atividade prazerosa, que realmente é sentida como algo que enobrece o homem, cada um cumprindo com suas responsabilidades definidas no coletivo e em benefício comum (LIBERTAS, 2009: 35).

O contexto de recorrência dos cursos entre MST e universidades pode ser trilhado nas experiências colaborativas de diversos sujeitos que permearam os espaços sociais dos acampamentos, ocupações e assentamentos e os espaços sociais das universidades; nas experiências dos cursos produzidos para suprir a necessidade formativa de professores de ensino fundamental e técnicos agrícolas; e também nas experiências formativas com intelectuais, professores no papel de assessores e com os cursos no espaço social das universidades.

#### **4- A crítica à Universidade**

A análise da Universidade na pesquisa das experiências sociais dos cursos formais vinculados aos movimentos sociais se inseriu na problematização da Universidade a partir de reflexões que abordaram a instituição como fruto da relação sociedade e Estado.

Florestan Fernandes (1979) abordou problemas na origem da universidade como instituição inserida em *processos arcaicos, anti-nacionais, e de numa tradição cultural de concepção e construção da instituição universidade*. O autor anunciou a necessidade de uma "universidade nova", como exigência da democratização, do conhecimento científico, do ensino e da pesquisa, bem como, da sociedade e de suas estruturas.

Portanto, a superação da “escola superior tradicional” e da “universidade conglomerada” não poderá realizar-se como um processo educacional de crescimento gradual. A universidade-problema terá de ser destruída, para que, de seus escombros, surja uma realidade nova. (...) Ela tem de exprimir novas concepções educacionais, uma nova mentalidade intelectual e uma nova

compreensão das relações da universidade com a sociedade brasileira. Ela traz em seu bojo uma educação voltada para a vida humana nos marcos da civilização baseada na ciência e na tecnologia científica; uma inteligência inquieta, ativa e responsável; bem como um impulso irredutível à democratização de si mesma, da cultura e da sociedade. (FERNANDES, 1979: 65 a 67).

Fernandes contextualiza a criação da antiga Universidade no Brasil, esclarecendo a sua carga histórica: elitizante, dependente, precária e exteriorizada das necessidades da realidade brasileira. A proposta da "nova universidade" remete-se ao movimento de reforma universitária de 1968, que dinamizou e transformou a compreensão da instituição. Desta forma, o autor, sintonizado com as circunstâncias daquele período, apontou para questões que, ainda hoje, podem ser refletidas sobre as concepções e práticas que direcionaram a ação de setores da universidade.

Do mesmo modo em que a interlocução com Florestan Fernandes possibilitou um olhar crítico sobre a Universidade, existiu ressonância de análise da instituição na obra de Darci Ribeiro sobre "A Universidade Necessária" (1969). Apesar do peso da conjuntura na origem deste trabalho, ressaltado pelo próprio autor, o seu conteúdo destacou a missão das universidades na superação das suas próprias deficiências e a disputa interna entre "setores que as querem conservadoras e disciplinadas" e "setores que aspiram a vê-las renovadoras e até revolucionárias". Ribeiro defendeu neste livro uma "política autonomista" em contraposição a uma "política modernizadora reflexa":

(...) a função criativa de dominar e ampliar o patrimônio humano do saber e das artes em todas as suas formas, seja como condição indispensável ao exercício da docência, seja como objetivo essencial em si mesmo. Mediante o exercício desta função, a universidade incorpora à sociedade a que serve todo o esforço de interpretação da experiência humana. E lhe agrega as expressões de criatividade cultural de seu povo, para capacitá-la a realizar suas potencialidades de progresso e, dessa maneira, integrar-se, como uma nação autônoma, à civilização de seu tempo (RIBEIRO, 1969: 74).

Tanto Florestan Fernandes, com as reflexões sobre a "Universidade Nova" quanto Darci Ribeiro, com a concepção da "Universidade Necessária", apontaram para possibilidades de mudanças da Universidade e, em certa medida, atribuíram-lhe funções e papéis de agente na transformação social necessário ao Brasil.

E juntamente com o histórico de lutas nas universidades brasileiras por democratização de acesso e produção de conhecimento - antes e depois do golpe de Estado da década de 1960 - foram geradas experiências políticas e pedagógicas entre sujeitos sociais das universidades e setores sociais populares denominadas como educação popular (PAIVA, 1984; BRANDÃO, 1984).

Pode se destacar ainda, concernentes ao período entre as décadas de 1980 e 1990, experiências de educação universitária com vinculação direta às questões sociais das classes sociais subalternizadas, como: Universidade do Trabalhador, Universidade Popular, Universidades dos

Movimentos Sociais, entre outras; e também os vestibulares populares, comunitários e para negros voltados a furar o bloqueio do acesso da universidade. Além é claro das propostas de cotas furiosamente atacadas e impedidas judicialmente de serem implementadas nas universidades públicas, tendo os meios de comunicação como propagandistas das posições contrárias desta política.

## **5- Considerações:**

O MST refletido como um sujeito coletivo, a partir do seu histórico de ações voltadas à luta pela terra, pela reforma agrária e por transformações sociais profundas que atendam às necessidades e expectativas das classes trabalhadoras, originalmente surgiu como um movimento de ocupações no final dos anos 70, fundou-se em 1984, vai se articular também em espaços nas universidades e instituições de pesquisa, ensino, extensão e cooperação social - como a Fiocruz – demandando educação universitária para os trabalhadores do campo e da cidade. Este Movimento demandará um processo diferenciado de atendimento da Universidade às necessidades de trabalhadores organizados e com questões que reflitam a realidade de luta que implementam nos espaços de atuação.

A questão agrária permanece tensionando as famílias de trabalhadores no campo, contradição própria da expansão do capitalismo (FERNANDES, 1975). Esta não é uma questão resolvida e a reforma agrária não corresponde a um atendimento às famílias em um estrito aspecto social de como resolver o problema de alguns pobres que sobraram no processo de “desenvolvimento” do campo. O processo de expropriação é permanente, então a expansão do capital para sua reprodução necessita avançar inclusive sobre áreas de assentamentos frutos das lutas dos trabalhadores. A questão agrária permanece como movimento estrutural do capitalismo que provoca a mudança de ação por parte do sujeito como classe trabalhadora que necessita refazê-la e reestruturá-la para dar resposta a um processo permanente de luta de classes. O próprio MST enfrenta os limites da sua atuação e constitui “novos” desafios: a ação imediata da luta pela terra, com seus acampamentos, ocupações e assentamentos; a representação política na constituição de um projeto social para o Brasil; o recuo de setores importantes de organização e de referência dos trabalhadores; ao passo da constituição de governos de esquerda que juntam uma série de políticas de assistência aos mais pobres ao passo que permanecem nos marcos atuais de acumulação do capital.

O MST tornou-se referência da manutenção da luta dos trabalhadores e vem se empenhando em aprofundar sua representação política intensificando as alianças com setores progressistas e fortalecendo a formação de seus quadros políticos. Indagamos o quanto as práticas geradas pela

associação entre MST e universidade contribuem politicamente na emergência de um tipo de intelectual orgânico vinculado às lutas das massas que não pode ser pensado abstratamente, mas, sim, com base em processos históricos concretos. E que segundo Antonio Gramsci, a necessidade política seria a criação de outro processo educativo, por parte de setores sociais subalternos, para o rompimento da divisão entre uma “escola 'desinteressada” - não orientada para o trabalho, para a formação profissional - e uma escola “formativa” – com orientação restrita a um trabalho específico, que pré-determina a atividade futura de setores sociais (GRAMSCI, 1989).

As experiências gestadas hoje pelas universidades e os movimentos sociais vêm apontando para a necessidade da construção de práticas e teorias sociais que tornem os espaços educativos, formativos e de conhecimento mais democráticos no acesso, na produção de conhecimento e no próprio processo de conhecer. Isto dentro de um processo mais largo de atribuição de um papel social à universidade – qual ou quais sejam – reconhecido por setores sociais populares e ou pelas classes trabalhadoras subalternizadas.

A universidade é uma destas instituições, das quais o MST vem aprofundando experiências sociais. As experiências de educação e formação política são frutos de práticas que foram produzidas na trajetória do movimento social e que ganharam contornos de caráter técnico e científico. Os contornos políticos também se modificaram nas relações, nas trocas, nas contradições entre os grupos das universidades públicas e dos movimentos sociais – seja nos objetivos que convergem ou divergem, seja nas contradições das ações, dos valores culturais, seja no projeto político dos sujeitos que atuam. A práxis realizada no processo de luta social e que corresponde à construção de um projeto político encontra vazão em experiências de educação e formação entre MST e universidades. Cabe perguntar ainda, frente às mudanças na conjuntura política, se o sujeito histórico - que constrói novas características políticas – consegue acumular através das suas experiências para que o seu projeto político de justiça social tenha condições de travar uma luta política frente aos modelos políticos impostos?

### **Bibliografia:**

ARROYO, M.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C.(orgs.). *Por Uma Educação do Campo*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2004.

BAHIA, C. da C. S.; FELIPE, E. da S.; PIMENTEL, M. O. S. de S. *Práticas Pedagógicas em Movimento*. Universidade e MST. Belém: EDUPFPA, 2005.

BEISIEGEL, C. de R. *Estado e Educação Popular*. Brasília: Liber Livro Ed. 2004.

- BENJAMIM, C. *Opção Brasileira*. Editora Contraponto, 1998.
- BOURDIEU, P. *Uma ciência que perturba*, em *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- \_\_\_\_\_. *Razões Práticas – Sobre a teoria da ação*. 6.<sup>a</sup> Edição. Campinas: Papirus Ed., 2005.
- BRANDÃO, C. R. Da Educação Fundamental ao Fundamental na Educação. Proposta, Revista a Serviço da Educação de Base - Suplemento 1. RJ: FASE, Setembro de 1977.
- \_\_\_\_\_. *Saber e Ensinar, três estudos de educação popular*. Ed. Papirus, 1984.
- CARDART, R. S. *Pedagogia do Movimento Sem Terra - escola é mais do que escola*. 2.<sup>a</sup> Edição. Petrópolis: Ed. Vozes, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Por Uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção*. In *Por Uma Educação do Campo*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2004.
- CASTRO, C. V. dos S. *A Mística de torna-se jovem no MST: a experiência do Curso de Realidade Brasileira para Jovens do Meio Rural (1999)*. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ, 2005. 116 páginas.
- FERNANDES, B. M. *A Formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.
- FERNANDES, F. *A Reconstrução da Realidade nas Ciências Sociais*. In *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*. 2.<sup>a</sup> Edição. São Paulo: Nacional, 1967.
- \_\_\_\_\_. *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- \_\_\_\_\_. *Universidade Brasileira: reforma ou revolução?* 2.<sup>a</sup> ed. Revista e Ampliada. São Paulo: Ed. Alfa-omega, 1979.
- \_\_\_\_\_. *A crise da universidade*. In *O desafio educacional*. São Paulo: Cortez Editora, 1989.
- GOHN, M. da G. *História dos movimentos e lutas sociais*. São Paulo: Loyola, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Uma proposta teórico-metodológica para a análise dos movimentos sociais na América latina*. In: *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 1997.
- GRAMSCI, A. *Os Intelectuais e a Civilização da Cultura*. 3.<sup>a</sup> Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- HILL, C. *O mundo de ponta-cabeça, Idéias radicais durante a Revolução Inglesa de 1640*. São Paulo: Cia das Letras, 1987.
- HOGGART, R. *As Utilizações da Cultura 1 – Aspectos da Vida Cultural da Classe Trabalhadora*. Coleção Questões. Lisboa: Editorial Presença, 1973.
- IASI, M. *As Metamorfoses da Consciência de Classe – o PT entre a negação e o consentimento*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2006.

LÉFÈBVRE, H. *Lógica Formal, Lógica Dialética*. 6a. Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

LIBERTAS – ON LINE. Revista do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Edição Especial – Fevereiro de 2007. Acesso realizado em 15 de setembro de 2011.

MARTINS, J. de S. *Os Camponeses e a Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1982.

MARX, Karl. *Para a Crítica da Economia Política*. In Manuscritos Econômicos-filosóficos e outros textos escolhidos. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MEDEIROS, L. S. *A história dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

\_\_\_\_\_. *Sem terra, Assentados, Agricultores familiares: considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros*. Rio de Janeiro, 2000. (mimeo).

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. *Terra não se ganha, se conquista!* Caderno de Formação no. 9. São Paulo: MST, abril de 1986.

\_\_\_\_\_. *Nossas Prioridades: organização da base, formação dos companheiros, articulação com a cidade e organização dos assentados*. Caderno de Formação n.º 12. São Paulo: MST, maio de 1987.

\_\_\_\_\_. *Plano Nacional do MST: 1989 a 1993*. Caderno de Formação n.º 17. São Paulo: MST, junho de 1989.

\_\_\_\_\_. *Programa de Reforma Agrária*. Caderno de Formação n.º 23. São Paulo: MST, 1995.

\_\_\_\_\_. *A Reforma Agrária e a Sociedade Brasileira*. São Paulo: MST, junho de 1996.

\_\_\_\_\_. *Princípios da educação no MST*. Caderno de Educação no. 8. São Paulo: MST, 1996.

\_\_\_\_\_. *A vez dos valores*. Caderno de Formação n.º 26. São Paulo: MST, janeiro de 1998.

\_\_\_\_\_. *Reforma Agrária Por um Brasil Sem latifúndio!* Texto para debate do 4º Congresso Nacional do MST. São Paulo: MST, agosto de 2000.

\_\_\_\_\_. *O MST e a Pesquisa*. Cadernos do ITERRA. Ano I, n.º 3. ITERRA, outubro de 2001.

\_\_\_\_\_. *Construindo o caminho*. São Paulo: MST, julho de 2001.

\_\_\_\_\_. *A força da juventude do MST na luta por um Brasil sem latifúndio e contra ALCA*. Campinas: parceria MST e Unicamp, janeiro de 2002.

OLIVEIRA, E. C. de. *Os Processos de Formação na Educação de Jovens e Adultos: A “Panha” dos Girassóis na Experiência do PRONERA MST/ES*. Orientador: Osmar Fávero. Niterói-RJ/UFF, 16 de setembro de 2005. Tese (Doutorado em Educação), 169 páginas.

PAIVA, V. (Org.). *Perspectivas e dilemas da educação popular*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

RIBEIRO, D. *A Universidade Necessária*. Série Estudos sobre o Brasil e a América Latina - Vol. 7. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

SADER, E. *Quando novos personagens entram em cena*. Editora Paz e Terra, 1988.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela Mão de Alice - o social e o político na pós-modernidade*. 7ª Edição. São Paulo: Cortez Editora, 2000.

\_\_\_\_\_. *A Universidade no Século XXI: Para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade*. 2ª. edição. Coleção Questões da Nossa Época. Volume 120. São Paulo: Editora Cortez.

SPÓSITO, M. *O Povo vai à Escola: a luta popular pela expansão do ensino público em São Paulo*. São Paulo: Loyola, 1984.

STÉDILE, J. P.; FERNANDES, B. M. *Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

THOMPSON, E. P. *A Miséria da Teoria - ou um planetário de erros. Uma Crítica Ao Pensamento de Althusser*. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

\_\_\_\_\_. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_. *A formação da Classe Operária Inglesa - A Árvore da liberdade*. Vol. 1, 3ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

\_\_\_\_\_. *A formação da Classe Operária Inglesa - A maldição de Adão*. Vol. 2, 2ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

\_\_\_\_\_. *A formação da Classe Operária Inglesa - A força dos trabalhadores*. Vol. 3, 2ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

\_\_\_\_\_. *Tradición, revuelta y consciencia de clase*. 3ª edição. Barcelona: Grjalbo, 1989.